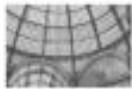


Passagens



Passagens. Revista Internacional de História

Política e Cultura Jurídica

E-ISSN: 1984-2503

historiadodireito@historia.uf.br

Universidade Federal Fluminense

Brasil

Cazetta, Felipe

**INTEGRALISMO LUSITANO: CONTEXTO E APRESENTAÇÃO DOUTRINÁRIA EM SUA
FORMAÇÃO (1890-1914)**

Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol. 5, núm. 3, septiembre-diciembre, 2013, pp. 397-413
Universidade Federal Fluminense
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337328460003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

 **redalyc.org**

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

INTEGRALISMO LUSITANO: CONTEXTO E APRESENTAÇÃO DOUTRINÁRIA EM SUA FORMAÇÃO (1890-1914)

INTEGRALISMO LUSITANO: CONTEXTO Y PRESENTACIÓN DOCTRINARIA EN SU FORMACIÓN (1890-1914)

LUSITANIAN INTEGRALISM: THE CONTEXT AND DOCTRINE BEHIND ITS FORMATION (1890-1914)

INTÉGRALISME LUSITANIEN : CONTEXTE ET PRÉSENTATION DOCTRINAIRE DE SA FORMATION (1890-1914)

葡萄牙法西斯主义—民族整合主义 (INTEGRALISMO LUSITANO):
历史背景和成立初期的思想教义 (1890-1914)

DOI: 10.5533/1984-2503-20135303

Felipe Cazetta¹

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de apresentar o Integralismo Lusitano (IL) – movimento monárquico, tradicionalista e corporativista, que buscava em seus projetos a monarquia orgânica, em oposição à monarquia constitucional, assim como à democracia liberal. Visa-se a apresentação do contexto de surgimento do IL assim como a exposição de suas doutrinas e projetos políticos. Deste modo, o artigo tem como recorte temporal o último quartel do século XIX até meados dos anos 1910. Sob estas balizas cronológicas, busca-se examinar a situação institucional da monarquia portuguesa, e os desdobramentos políticos ocorridos, culminando na proclamação da República. Em reação a esta, o IL se insurgiu, reivindicando a reação e a retomada da monarquia a partir do resgate das instituições medievais, através do corporativismo como eixo central de seu projeto político.

Palavras-chave: Integralismo Lusitano, Monarquia Orgânica, Tradicionalismo.

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense.
E-mail felipecazetta@yahoo.com.br

RESUMEN

El objetivo del presente artículo es presentar el Integralismo Lusitano (IL) – movimiento monárquico, tradicionalista y corporativista, que buscaba en sus proyectos la monarquía orgánica, en oposición a la monarquía constitucional, bien como a la democracia liberal. Se propone a presentar el contexto de surgimiento del IL, sus doctrinas y proyectos políticos. De este modo, el artículo tiene como recorte temporal el último cuarto del siglo XIX hasta mediados de los años 1910. Bajo estos límites cronológicos, se busca examinar la situación institucional de la monarquía portuguesa, y los desdoblamientos políticos ocurridos, culminando en la Proclamación de la República. En reacción a esta, el IL se ha insurreccionado, reivindicando la reacción y la retomada de la monarquía a partir del rescate de las instituciones medievales, a través del corporativismo como eje central de su proyecto político.

Palabras clave: Integralismo Lusitano, Monarquía Orgánica, Tradicionalismo.

ABSTRACT

The present article aims to trace Lusitanian Integralism (LI) – a monarchist, traditionalist and corporativist movement – whose projects strove for an organic monarchy, as opposed to a constitutional monarchy and a liberal democracy. The objective is to depict the context from which the LI emerged as well as to outline its doctrines and political projects. The article thus deals with the final quarter of the nineteenth century until around 1915. It is within this chronological framework that the article seeks to examine the institutional situation of the Portuguese monarchy and the resultant political denouements which culminated in the proclamation of the Portuguese Republic. The LI fought against this, appealing for action and a renewal of the monarchy based on the rescuing of medieval institutions, taking corporativism as the central axis of its political project.

Key words: Lusitanian Integralism, Organic Monarchy, Traditionalism.

RÉSUMÉ

Le présent article a pour but de présenter l'Intégralisme lusitanien (IL) – un mouvement monarchiste, traditionnaliste et corporatiste dont le projet consistait en l'établissement d'une monarchie organique, en opposition avec la monarchie constitutionnelle et avec la démocratie libérale. Nous chercherons à exposer le contexte de l'avènement de l'IL, ainsi que sa doctrine et ses projets politiques. Ce travail suit ainsi un découpage chronologique

allant du dernier quart du XIX^{ème} siècle au milieu des années 1910. En fonction de ces limites temporelles, nous examinerons la situation institutionnelle de la monarchie portugaise et les événements politiques de l'époque qui culmineront par la proclamation de la République. En opposition avec celle-ci, l'IL s'insurgea en revendiquant la réaction et la restauration de la monarchie sur la base de la réhabilitation des institutions médiévales, le corporatisme constituant l'axe central de son projet politique.

Mots-clés: Intégralisme lusitanien, Monarchie organique, Traditionalisme.

摘要

本论文宗旨是解读葡萄牙法西斯主义—也就是民族整合主义(**INTEGRALISMO LUSITANO**, 简写为**IL**)—

这是一种法西斯的拥护君主制，传统制，行会制的保守性运动，主要目的是维护传统有机君主制，反对宪政君主制，反对自由民主制的运动。作者分析了这种保守运动的历史背景，以及它的思想教义和政治主张。研究的时间跨度是19世纪的最后25年到1910年代中期。在年代顺序下，研究葡萄牙君主制当时的状况和随后发生的，导致推翻君主，实现共和的一系列政治事件。本论文指出，葡萄牙的民族整合主义(**INTEGRALISMO LUSITANO**)运动可以被看做是一个对抗潮流的法西斯主义运动，它希望通过那些中世纪的流传来的一些传统机构来保留君主制。古老的行会主义是这个保守运动的执政纲领。

关键字：葡萄牙的民族整合主义(*Integralismo Lusitano*)，有机君主制，传统主义

O último quartel do século XIX foi marcado pela reação ao pensamento iluminista e às ideias de progresso contínuo, propagadas nos séculos XVII e XVIII. Investindo contra estas teorias, alguns autores lançaram-se como caixa de ressonância do declínio do liberalismo. Este esgotamento das crenças liberais arrastou setores conservadores ao posicionamento crítico dos rumos políticos, econômicos e sociais de seus respectivos países.

Visando a restauração de modelos políticos anteriores ao liberalismo, intelectuais destas correntes denunciavam a ruptura das “formas naturais” de poder – formas estas, calcadas nas monarquias hereditárias -, ocorrida a partir da adoção do modelo democrático. Dizia António Sardinha – mentor intelectual do integralismo lusitano: “*Nada mais antinatural, nem mais anticientífico do que a ilusão jacobina! A hereditariedade do*

poder, pelo contrário, é um facto da natureza, afiançado nas relações da sociabilidade humana pelos exemplos do passado.”²

Houve também a crítica à quebra de hierarquia política e social, promovida pela democracia, onde as “massas” (entendidas como socialmente desqualificadas) escolheriam os responsáveis por governá-las e ao país. Charles Maurras, líder da *l'Action Française* expressava-se da seguinte forma sobre o assunto: “Mais la République ou la volonté nationale d'abord, cela mettait la charrue avant les boeufs, faisait dépendre le supérieur de l'inferieur, le commandant de l'obéissance: [...].”³

A partir da opinião destes dois pensadores da contrarrevolução identifica-se a crítica ao individualismo liberal e ao acesso – através da democracia – adquirido pelas “massas” populares às esferas decisórias. Por entenderem o sistema sufragista como subversão da lógica hierárquica política e social – “fazendo depender o superior do inferior” – ocorreu, por consequência, a crença de que, através da abolição do sistema hereditário e nobiliárquico de organização institucional, as bases de governo estariam corroídas.

Tais ataques foram derivados das ideias propagadas pela Reforma e pela Revolução Francesa, e seu desdobramento sob a forma de individualismo e de liberalismo, durante a Revolução de 1789. Conforme dito, a valorização do pensamento individual e as demandas políticas e sociais por igualdade forneceram munição para críticas ao cenário democrático, vindas dos setores reacionários.

Para estes intelectuais o antídoto concebido para sanar a mácula provocada pela democracia estaria no retorno das elites nobiliárquicas ao controle dos rumos políticos nacionais. Foi contra estas, entre outras conjunturas, que na França se insurgiram os integrantes da *L'Action Française*, utilizando do Caso Dreyfuss como detonador para seus ataques à “estrangeirização” (colocada em prática - segundo Charles Maurras - pelos judeus, protestantes e franco-maçons⁴).

O Caso Dreyfus ocorreu em 1899. Grosso modo, consiste no julgamento do militar judeu Alfred Dreyfus, acusado pelo governo e pelas forças armadas francesas, de vender segredos de guerra para a Alemanha. Mais tarde, descoberta a fraude nas acusações, houve a divisão da opinião pública entre os pró-Dreyfus, reivindicando o julgamento justo;

² Sardinha, António (1978). *Ao Ritmo da Ampulheta*. 2 ed, Lisboa: qp, p. 128.

³ “Mas a *República* ou a vontade nacional a princípio, colocava a carroça na frente dos bois fazia depender o superior do inferior, o comandante de seu subordinado.” (Tradução minha). Maurras, Charles (1925). *Enquête sur la Monarchie*. 10. ed, Paris: Nouvelle Librairie Nationalle, p. XC. (grifo do original).

⁴ Maurras, C. (1925). Op. Cit., p. 206-207.

e os anti-Dreyfus, que consideravam a honra do exército e do Poder inatingíveis, devendo permanecer intactas diante do Caso. Subterrâneo a tais polêmicas, o processo contra Dreyfus serviu de combustível ao antisemitismo na França. Aspecto que não foi ignorado pela *l'Action Française* para promover seu nacionalismo.

A partir da premissa nacionalista, sustentada pelo antisemitismo e xenofobia incitados pelo julgamento, a *Action Française* teceu projeto político calcado nas tradições históricas da França, ou seja, no passado medieval, onde o corporativismo sobrepujava ao individualismo. Deste modo, o movimento buscava a essência nacional, afastada das “corrupções” vindas exterior. Sob as propostas escoradas no tradicionalismo e no catolicismo se desenvolveu a alternativa ao liberalismo que, segundo Maurras, era a porta de entrada para a barbárie estrangeira.

Nesta esteira, em Portugal houve cenário semelhante de contestação ao modelo liberal – encontrado na monarquia constitucional -, e a sensação de erosão das bases da identidade nacional. Esta crise passada por Portugal acentuou-se com o *Ultimatum* britânico nos finais do século XIX. Em vista das suas pretensões imperialistas confrontarem-se com os interesses da Coroa inglesa na África houve a exigência, por parte da rainha Vitória, de retirada das tropas portuguesas da região meridional do continente. Considerando os laços históricos de aliança entre os dois países, o rei Carlos I acatou as ordens britânicas.⁵

Este incidente diplomático abalou as ambições portuguesas acerca do *Mapa cor-de-rosa*. O projeto do *Mapa cor-de-rosa* era nutrido pelos anseios militares e mercantis de Portugal em relação aos territórios situados no centro-sul africano. No intuito e alcançar as costas Leste e Oeste da África, formando um cinturão com as possessões territoriais adquiridas, a metrópole portuguesa buscava acesso aos oceanos Atlântico e Índico. No entanto, tais aspirações chocavam-se com os anseios imperialistas ingleses, mote gerador do *Ultimatum* britânico.

Este capítulo das relações entre as Coroas monárquicas de Portugal e Inglaterra provocou cicatrizes profundas na legitimidade real lusitana. Ao trazer à tona a fragilidade da soberania portuguesa, o *Ultimatum* acirrou a oposição interna à monarquia, inaugurando o ciclo de instabilidades políticas no país. Ocorridas entre os finais do século XIX e primeiras décadas do XX, estas convulsões político-institucionais culminaram no

⁵ Vrbata, Ales Tenório Luna (2006). “La Philosophie Maurrasianne et les Modalités du Fascisme au Portugal”. In *Kias Paper; Cabinet of Ibero-American Studies: Faculty of Humanities: University Hradec Králové*, p. 29. Disponível em: <http://fhs.uhk.cz/ibero/clanky/papers06.php>. Acesso em: 10 fev. 2011.

regicídio de D. Carlos I, em 1908. Para Hipólito Raposo, membro formador do Integralismo Lusitano (IL):

*Quando o Rei Dom Carlos I quis libertar-se dos partidos, entrando no caminho de uma ditadura administrativa, foi morto a tiro no Terreiro do Paço, juntamente com o Príncipe Real.
Desde então a República ficou feita, tomando ostensivamente por armas o escudo triangular da Maçonaria, [...].*⁶

A crise política interna, associada às dificuldades econômicas percebidas na última década do século XIX em Portugal, proporcionou a inserção de novos elementos no cenário político. Esta abertura das esferas decisórias do Poder se deu como desdobramento das críticas ao modelo monárquico-constitucional. Pressões afetavam o Trono, vindas tanto dos grupos que reivindicavam o modelo de monarquia anterior à Revolução do Porto, quanto os que demandavam a abolição da Coroa e criação da República.

Estas instabilidades repercutiram, na primeira década do século XX, no ambiente acadêmico da Universidade de Coimbra. Divisões políticas entre grupos estudantis predominavam no interior da instituição. Conforme citado na apresentação desta tese, António Costa Pinto disserta que “*O meio estudantil de Coimbra constitui, a partir da crise de 1907, um reflector ampliado do desmoronamento do rotativismo liberal, pano de fundo do período que decorre entre a ditadura franquista e o 5 de Outubro de 1910.*”⁷ É interessante perceber que neste período, entre os anos de 1905 e 1908, um contingente relevante daqueles que se tornariam membros do integralismo lusitano inseriram-se na academia coimbrã.

A Universidade de Coimbra foi o local onde os futuros integralistas lusitanos se colocaram em contato e estabeleceram suas redes de sociabilidade. O que não significa que esta relação fosse revestida de consonância quanto às concepções políticas. Ao analisar a trajetória destes elementos, observam-se incoerências, descontinuidades e rupturas quanto aos padrões de identidade política, então existentes e adotados pelos futuros integralistas.

A descontinuidade nas trajetórias e experiências de vida foi assunto examinado por Pierre Bourdieu. Ao observar as formas de se conduzir a investigação biográfica, o autor

⁶ Raposo, Hipólito (1929). *Dois Nacionalismos: L'Action Française e o Integralismo Lusitano*, Lisboa: Livraria Ferin, p. 27.

⁷ Pinto, António Costa (1982). “A Formação do Integralismo Lusitano”. In *Análise Social*, v. XVIII, 3º-4º-5º, n. 72-73-74, p. 1412.

de *A Ilusão Biográfica* aponta para a necessidade de se abolir a narrativa linear, presente no estilo romântico, sendo pertinente realizar “[...] o questionamento da visão de vida como existência dotada de sentido, no duplo sentido de significação e de direção.”⁸

Como reflexo dos sinais de esgotamento dados pelo regime monárquico, a causa republicana tomou espaço na Universidade de Coimbra, possuindo como conseqüência a fundação do Centro Acadêmico Republicano (CAR). Em reação a esta demonstração de força, em 1908 surge o Centro Acadêmico Monárquico (CAM), sob o objetivo de tornar coeso, ao redor da causa monárquica, o corpo estudantil conservador presente na Universidade de Coimbra.

Como amostra destas dissonâncias políticas, Costa Pinto cita: “Em 1908, por exemplo, o CAM saúda D. Manuel em abaixo assinado, aparecendo Almeida Braga entre os nomes. Nas respostas dos estudantes republicanos estão, entre outros, [...] António Sardinha.”⁹. Portanto, observam-se dois dos responsáveis pela construção da doutrina integralista (ocorrida entre os anos de 1913 e 1914), em trincheiras ideológicas opostas durante suas trajetórias acadêmicas, anos antes da formação do movimento.

Outro vetor de dissonância quanto às simpatias políticas é observado por Manuel Braga da Cruz, percebendo que:

António Sardinha, [era] republicano e anarco-sindicalista de simpatia ideológica (põe gravata vermelha depois do regicídio de 1908), mas elitista e aristocrata de comportamento, viria a converter-se ao catolicismo e à Monarquia em 1912. João do Amaral, [...], trocará também o credo republicano pelo integralista. O mesmo se passará com Alfredo Pimenta.¹⁰

O elitismo, portanto, se colocava a frente das posições políticas ou das convicções ideológicas, fazendo que os futuros integralistas se juntassem em primeiro momento, não a partir da identidade partidária, mas pelas posturas aristocráticas. Deste modo, os colegas de Coimbra voltaram atenção ao nacionalismo, porém, detendo-se aos aspectos culturais e da inteligência nacional. Logo, tratavam com indiferença, ou desprezo, os assuntos parlamentares.

O engajamento político, diante destes contrastes, não era visto como elemento de coesão em relação ao contato estabelecido entre os futuros membros do movimento. Tampouco poderia ser apontada como agregador a questão financeira, embora o

⁸ Bourdieu, Pierre (2006). “A Ilusão Biográfica”. In Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (Orgs.) (2006). *Usos e Abusos da História Oral*. 8. ed, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 185.

⁹ Pinto, A. C. (1983). Op. Cit., p. 1412.

¹⁰ Cruz, Manuel Braga da (1982). “O Integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo”. In *Análise Social*, v. XVIII, 1º, n. 70, p. 138.

integralismo lusitano fosse um movimento elitista e de aversão às camadas populares. Ainda que Costa Pinto afirme ser a base social do integralismo lusitano financeiramente mais próspera em comparação ao restante dos demais alunos de Coimbra, o mesmo autor defende que esta “[...] não era por si só grande elemento de distinção.” Por outro lado, António Costa Pinto pontua que, sobrepondo o elitismo financeiro, o “*elitismo de afirmação intelectual*”¹¹ era um dos aspectos definidores do grupo a ser formado.

Algumas características presentes no arcabouço político-doutrinário do movimento - tais como o conservadorismo cristão, o antiliberalismo e o municipalismo – eram divisores comuns entre os colegas de Coimbra. Todavia, estes fatores, embora semelhantes entre os futuros integralistas, não credenciavam suas bases de formação e unidade a serem encontradas na política.

Justifica-se esta negação diante da diversidade das colorações de projetos (republicanos, monarquistas, ou “indiferentes”) existentes dentro do mesmo espaço de sociabilidade. Atestada a inexistência de um eixo político homogêneo como elemento inicial de coesão entre os futuros formadores do integralismo lusitano, há a necessidade de examinar os pontos de convergência destes indivíduos.

António Sardinha, principal mentor do movimento, fornece indícios do elemento aglutinador dos colegas da Universidade de Coimbra. Em *Ao Ritmo da Ampulheta*, obra póstuma publicada em 1925, o autor tece comentário sobre a origem da *L'Action Française*. Ao recordar trecho de *Quand les Français ne s'aimaient pas*, de autoria de Charles Maurras, Sardinha observa que a origem do movimento francês encontrava-se na literatura, sendo esta a responsável por conduzir o movimento de Maurras aos assuntos políticos. Neste sentido, António Sardinha acrescenta: “Ao pensar um pouco nas nossas origens literárias – nas de Hipólito Raposo e nas minhas, eu reconheço que também a nós as Letras nos conduziram à Política.”¹²

Leão Ramos Ascensão, integralista de terceira geração, transitava no mesmo sentido quando examinou a relação dos estudantes de Coimbra:

Os fundadores do Integralismo Lusitano, na sua maior parte, antigos companheiros da Universidade de Coimbra, que uma camaradagem unira estreitamente. Não que houvesse afinidades políticas entre eles: uns eram monárquicos, outros republicanos ou indiferentes e outros que ainda não tinham concluído. O que os ligava eram afinidades literárias e estéticas, era uma comum

¹¹ Pinto, António Costa (1994). *Os Camisas Azuis: Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal – 1914-1945*, Lisboa: Editorial Estampa, p. 26.

¹² Sardinha, A. (1978). Op. Cit., p. 149.

*preocupação cultural, era a superioridade da inteligência que os ligava e os levava a afastar-se desdenhosamente das truculências demagógicas e das paixões acadêmicas de então.*¹³

Portanto, até as vésperas da proclamação da República, em 1911, a heterogeneidade dos posicionamentos políticos era notória entre os “companheiros da Universidade de Coimbra”. A pouca importância dada à identidade política como forma de costurar a unidade do grupo deveu-se, em parte, à rejeição ao modelo liberal-parlamentar de governo, seja ele monárquico ou republicano. Deste modo, desprezavam as querelas políticas e os debates parlamentares, por estes serem realizados por representantes escolhidos pelas massas – reconhecidas pelos futuros membros do integralismo lusitano como incapacitadas de realizar a eleição dos dirigentes do país – através do voto.

Ainda que o processo eleitoral estivesse organizado por mecanismo censitário entre os séculos XIX e primeiras décadas do XX, os integralistas nutriam desprezo a este modelo político, por acreditarem que este promoveria maior espaço a novos personagens políticos. A possibilidade de ascensão às esferas de poder de elementos externos aos setores tradicionais era a fonte de rejeição ao liberalismo.

Haja vista o predomínio do liberal-constitucionalismo - a partir da Revolução de 1820 - como modelo político, houve a negação dos integralistas à política enquanto elemento de identidade entre eles. Caso houvesse a adesão em torno de um partido, por exemplo, seus membros entenderiam este movimento como adoção às normas e regulamentações liberais. Deste modo, justifica-se a heterogeneidade de nuances ideológicas dentro do grupo formado pelos ex-colegas de Coimbra.

Outro foco de explicação para a pouca preocupação quanto aos posicionamentos políticos de seus membros concentra-se na rejeição dos futuros integralistas ao acesso (direto, ou através de representantes parlamentares) das massas ao poder. Deste modo, as colorações políticas de seus membros, até 1911, assumiam característica de baixa relevância no intuito de estabelecer os laços de sociabilidade que permearam o movimento integralista.

Portanto, os colegas de Coimbra pensavam as mudanças de Portugal em termos de cultura e nacionalismo, pautados nas preocupações com a “superioridade da inteligência”. No entanto, até a proclamação da República, nas palavras de Leão Ramos

¹³ Ascensão, Leão Ramos (1943). *O Integralismo Lusitano*, Lisboa: Edições Gama, p. 10.

Ascensão, afastavam-se “desdenhosamente das truculências demagógicas e das paixões acadêmicas de então” em que as discussões políticas estavam implícitas.

Neste ponto, Hipólito Raposo justificava a negligência quanto às posturas ideológicas, sua e de seus companheiros, através da baixa representatividade que a monarquia constitucional desfrutava entre os “rapazes de meu tempo”. “Em rigor,” diria Raposo, “*todos os rapazes de meu tempo eram sentimental e mentalmente republicanos, porque aqueles mesmos que se apregoavam monárquicos quando o Rei passava, não tinha para o ser, justificação aceitável, [...].*”¹⁴

Todavia, com o deflagrar da proclamação da República, em 1911, o desinteresse aos assuntos políticos deu lugar, progressivamente, à conformação de projetos por parte do grupo de Coimbra. Esta convergência se fez pela inclinação - tanto dos colegas exilados quanto daqueles que ficaram em Portugal - à causa monárquica antiliberal, antiparlamentar, tradicionalista e orgânico-corporativista. Não sem razão António Costa Pinto entende ser “*A Revolução Republicana [...] um fenómeno político precoce que abriu Portugal para os dilemas da democratização e da política de massas do século XX.*”¹⁵

Durante a primeira década do século XX, a crise de legitimidade em que a Coroa padecia afetou a opinião pública, e as instabilidades foram sentidas e reverberadas por jornais e revistas do período. Para a imprensa republicana “[...] acontece que a selecção exercida entre os partidários monarchicos é frequentes vezes uma selecção invertida, dando em resultado o afastamento dos mais competentes do exercício dos altos poderes do Estado.”¹⁶ Outro foco de críticas, relacionado ao sistema monárquico, concentrou-se na promiscuidade de competências públicas, existente entre Estado e Igreja.

Meses antes da proclamação da República, em artigo anônimo, a revista *Archivo Republicano* apresentava o rompimento do Estado com a Igreja como resolução para a instabilidade política existente. Segundo o referido artigo, “[...] sempre nos dará a separação da Egreja e do Estado, afinal um dos maiores remédios contra os nossos

¹⁴ Raposo, H. (1929). Op. Cit., p. 28.

¹⁵ Pinto, António Costa (2010) “Caos e Ordem’: Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário”. In Silva, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & Parada, Maurício B. Alvarez (Orgs.). (2010). *Histórias da Política Autoritária: Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos*, Recife: Ed. UFRPE, p. 40.

¹⁶ Botto-Machado, Fernão (jun. 1910). “A. Braamcamp Freire”. In *Archivo Republicano*, n. 6. Publicação mensal. Diretor e Proprietário Victor de Sousa, p. 46. Disponível em: <http://purl.pt/16587>. Acesso em: 09 jan. 2012.

*grandes males.*¹⁷ A coexistência entre republicanos e clérigos tornou-se ainda mais problemática após a deposição monárquica, em outubro de 1910, sendo registradas detenções e expulsões arbitrárias dos representantes da Igreja em regiões, tais como Caldas da Rainha e Óbidos¹⁸.

A Constituição da República possuía forte teor anticlerical. Na Carta aprovada em 25 de Agosto de 1911 havia, no artigo 3º (“Dos Direitos e Garantias Individuais”), parágrafo 2º: “A lei é igual para todos, mas só permite aquela que fôr promulgada em termos d’esta Constituição.”¹⁹ Neste parágrafo, entre outros daquela Constituição, ficava exposta a separação entre Estado e Igreja.

A oposição à Igreja fazia referência ao pacto entre Trono e Altar, demonstrado no período monárquico. Desta forma, o anticlericalismo e, por consequência, a separação entre Estado e Igreja, assumia formato de *questão de regime*, visto que decretando esta divisão, demarcava-se o afastamento do novo regime em relação às práticas monárquicas.

Antes da vitória republicana, para alguns veículos de notícia, a revolução era algo inevitável, e essencial para abrir caminho à República. “É preciso agir. É preciso fazer a Revolução. A melhor moção era sahirem todos do local de comício resolvidos a ir a casa buscar a carabina, o rewolver, ou a tranca da porta – tudo serve – a fazer a República.”²⁰ São estas as palavras encontradas na revista mensal *Archivo Republicano* de julho de 1910.

Com maior ou menor ímpeto, através do uso da violência ou pela via pacífica, as opiniões neste periódico tendiam à derrubada da monarquia e instauração do regime republicano. Como forma de persuadir o leitor, o *Archivo Republicano*, estampava fotos e textos sobre personalidades influentes em primeira página. Os textos de abertura (que acompanhavam as fotografias) de alguma forma afirmavam as afinidades políticas entre a causa defendida pela revista e o homenageado. Nomes como os de Guerra Junqueiro²¹ e

¹⁷ Anônimo (jun. 1910). “O Presidente da República Brasileira”. In *Archivo Republicano*, n. 6. Publicação mensal. Diretor e Proprietário Victor de Sousa, Lisboa: V.S., p. 51.

¹⁸ Serra, José B. (1987). “Elites Locais e Competição Eleitoral em 1911”. In *Análise Social*, v. XXIII, n. 95, p. 79.

¹⁹ “As Constituições” (ago. 1911). In *Archivo Republicano*, n. 20. Publicação mensal. Diretor e Proprietário Victor de Sousa, Lisboa: V.S., p. 163.

²⁰ Anônimo (jul. 1910). “O Comício de Domingo: o que se disse e o que se deve pensar”. In *Archivo Republicano*, publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza, Lisboa: V.S., p. 58. Disponível em: <http://purl.pt/16587>. Acesso em: 09 jan. 2012.

²¹ Guerra Junqueiro (1850-1923) é visto pelo *Archivo Republicano* como figura ilustre na literatura e na política, convicto das idéias democráticas, atribuindo-lhe contornos republicanos. (ver: Tavares, Santos (fev.

de Braacamp Freire²², por exemplo, estiveram estampados respectivamente nos periódicos dos meses de fevereiro e julho de 1910. Curiosamente, estas duas personalidades participaram da primeira fase da Cruzada Nuno Álvares Pereira.

Este movimento – conforme será visto à frente -, embora não tenha desenvolvido atividade regular entre 1918 (data de sua fundação) e 1926, desempenhará papel importante no golpe de Estado de 1926, colocando fim à experiência republicana de 1911. Entretanto, Braacamp Freire e Guerra Junqueiro não participaram dos acontecimentos de 1926, por razões óbvias, visto que Freire morreu em 1921 e Junqueiro em 1923.²³

Retomando à revista e suas investidas contra a monarquia, o *Archivo Republicano* acompanha as movimentações e confrontos entre tropas realistas e republicanas. Em suas páginas, nos meses de setembro de 1910 a novembro de 1911, há a apresentação de relatos de personagens envolvidos nos acontecimentos.

Em outubro de 1910 consta o depoimento de João Chagas, então membro do Comitê Executivo de Lisboa. Conforme há nesta revista, tais comitês eram organizações incumbidas do derrube da monarquia. O depoente narra: “*Formou-se nessa ocasião um comité de resistência por iniciativa da Maçonaria, comité que auxiliou a organização da revolta com propaganda feita na classe civil, [...].*”²⁴

Deste modo, as queixas e ataques de António Sardinha e demais integralistas ao caráter pernicioso da maçonaria em relação à monarquia não são de todo infundadas. Houve participação das lojas maçônicas na mobilização e organização das tropas republicanas. Estas forneceram, de patrocínio financeiro a atiradores, conforme demonstrou em depoimento João de Moraes Carvela: “*Agora, como em 28 de janeiro,*

1910). “Guerra Junqueiro”. In *Archivo Republicano*, publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza, Lisboa: V.S., p. 11. Disponível em: <http://purl.pt/16587>. Acesso em: 09 jan. 2012). No entanto, Massoud Moisés atribui ao literato e político Junqueiro seu “[...] azedume, a revolta enraivecida dos primeiros tempos, é o produto indignado dum ferrenho idealismo perante a falência a que a Nação parecia fatalmente arrastada.” Durante a República de 1910 ocupa cargo de Ministro em Berna, no entanto, frustrase com a situação do país e recolhe-se à vida doméstica até a sua morte. (Moisés, Massoud (1972). *A Literatura Portuguesa*. 10 ed., São Paulo: Cultrix, p. 208-211.)

²² Braacamp Freire foi ex-parlamentar da monarquia. Porém, afastou-se do exercício político na Coroa, segundo o *Archivo Republicano*, “por uma série de fiascos.”, sendo estes, frutos de sua incapacidade de se submeter à vontade do chefe e ao “partidarismo monarchico”. Deste modo, Braacamp Freire “Alistado nas fileiras republicana ha pouco tempo, pôde servir de exemplo, na comprehensão das doutrina democráticas, [...]” (Valle, José Miranda do (jul. 1910). “Braacamp Freire”. In *Archivo Republicano*, publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza, Lisboa: V.S., p. 46-47. Disponível em: <http://purl.pt/16587>. Acesso em: 09 jan. 2012).

²³ Ver: Leal, Ernesto Castro (1998). “A Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo”. In *Análise Social*, v. XXXIII, 4º, n.148, p. 835.

²⁴ Anônimo (out. 1910). “Candido do Reis vae até a Província”. In *Archivo Republicano*, publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza, Lisboa: V.S., p. 81. Disponível em: <http://purl.pt/16587>. Acesso em: 09 jan. 2012.

*estará à frente de um grupo de atiradores, pertencentes à Carbonaria? – perguntámos-lhes./ Não, senhor. Alguns, eu entre esses, faziam parte da loja maçônica A Accacia.*²⁵

Outro ponto a ser destacado nestes relatos é o desempenho do capitão Paiva Couceiro, presente em vários depoimentos, como “único adversário manifesto da democracia”²⁶ e “zelador da monarchia”²⁷. Embora Couceiro²⁸ assuma notoriedade nos enfrentamentos das forças republicanas, sua importância, para esta pesquisa, se dará após a consolidação da República, em 1911.

Em outubro de 1910 a situação política de Portugal já se demonstrava favorável à instauração da República. A nova Constituição republicana foi aprovada em 21 de agosto do ano seguinte. Entre o intervalo da inauguração do novo regime e a formulação de sua Carta constitucional Paiva Couceiro organizou dois levantes contra a República. Nestas investidas, alguns companheiros da Universidade de Coimbra que irão compor o integralismo lusitano, juntaram-se ao capitão monarquista. Entre estes se encontrava Luís Almeida Braga (responsável pelo nome do movimento) e Alberto Monsaraz (que futuramente, junto a Rolão Preto – também envolvido nos levantes -, conduziria o Nacional Sindicalismo).

Hipólito Raposo anunciava: “*Em Maio do mesmo ano de 1911, Luís de Almeida Braga partia misteriosamente de Coimbra para a Galiza, e por lá vestia a fardeta de soldado, para oferecer a própria vida debaixo de fogo nas incursões monárquicas do Norte, [...].*²⁹ Frustrada a primeira sublevação houve a segunda tentativa de restauração, chefiada novamente por Paiva Couceiro, resultando desta vez no exílio de seus realizadores.

Assim, parte dos amigos de Coimbra refugiou-se em países como Bélgica (são os casos de Domingos de Gusmão Araujo, Luis de Almeida Braga e Rolão Preto) e França (Pequito Rebelo). É notável entre estes exilados a ausência de António Sardinha, visto por seus pares como o principal mentor do movimento. Considerada esta ausência entre os expatriados, é necessário retomar à heterogeneidade política que revestia o grupo de

²⁵ Anônimo (mar. 1911). “Outro Depoimento: Fala do chefe do grupo de atiradores civis”. In *Archivo Republicano*, publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza, Lisboa: V.S., p. 122.

²⁶ Anônimo (set. 1911). “4 de Outubro”. In *Archivo Republicano*, publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza, Lisboa: V.S., p. 168. Disponível em: <http://purl.pt/16587>, Acesso em: 09 jan. 2012.

²⁷ Anônimo (mar. 1911). “Relatório de Gonzaga Pinto – sargento revolucionário da artilharia I”. In *Archivo Republicano*, publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza, Lisboa: V.S., p. 183. Disponível em: <http://purl.pt/16587>. Acesso em: 09 jan. 2012.

²⁸ Para maiores informações sobre Paiva Couceiro, ver: Valente, Vasco Pulido (2001). “Henrique Paiva Couceiro – um colonialista e um conservador”. In *Análise Social*, v. XXXVI, p. 767-802.

²⁹ Raposo, H. (1929). Op. Cit., p. 33.

colegas saídos da Universidade de Coimbra. Sardinha não havia participado dos golpes monarquistas por ainda estar ligado à causa republicana.

No exílio, um grupo de ex-estudantes encontrou-se em maio de 1913, na Bélgica. Em contato com as concepções antiliberais que circulavam na Europa, os exilados organizaram naquele ano a revista *Alma Portuguesa*. Possuindo como integrantes

[...], Domingos Gusmão Araújo, Luis de Almeida Braga, Rolão Preto e outros rapazes emigrados em Gand, para onde arrastou o desastre da segunda incursão da Galiza, fundavam a revista *Alma Portuguesa*, de efemera duração em que pela primeira vez aparece concretamente formulado, embora num sentido puramente literário, o nacionalismo português.³⁰

Tal revista possuiu apenas dois números (lançados em maio e em setembro de 1913), porém, foi o primeiro esforço de organização teórica do grupo, sob o formato de movimento. Em 1911, ainda republicano, Sardinha permanece em Portugal.

Sobre este período da vida do principal mentor do integralismo lusitano, Hipólito Raposo fornece depoimento interessante: “António Sardinha realizava então, entre nós todos, o mais vivo paradoxo: era tradicionalista, tinha no mais alto grau o culto ao lar e da família, professara e justificara a necessidade da nobreza, era municipalista, regionalista, [...]”³¹. O relato é relevante por evidenciar os códigos compartilhados entre os membros do movimento, ou seja, o tradicionalismo; o culto à família; a nobreza; o municipalismo e o regionalismo. Reunindo todos estes aspectos, segundo perspectiva de Raposo, era incompreensível que Sardinha permanecesse republicano, revelando “o mais vivo paradoxo”.

António Sardinha, até 1912 – ano de sua conversão ao monarquismo –, possuía simpatia ao republicanismo. Com a proclamação da República, demonstrou-se eufórico, conforme percebido em carta enviada à sua noiva:

*Oh! minha amiga, como te escrevo a tremer possuído da agitação sagrada que faz os heróis, e sem qual nada de glorioso no mundo consegue. Triunfará a Revolução? Andar ela na rua a emancipar-nos a preparar a sementeira de luz de que amanhã surgir Portugal Novo?*³²

Segundo Carlos Ferrão, a conversão de Sardinha à monarquia se dá em agosto de 1912. No intuito de comprovar a afirmação, o autor de *O Integralismo e a República* faz referência à carta enviada a Almeida Braga. Nesta, há a notícia do Casamento de António

³⁰ Ibidem, p. 37.

³¹ Raposo, H.(1929). Op. Cit., p. 34.

³² Vrbata, A. T. L. (2006). Op. Cit., p. 31.

Sardinha, e o seu abandono à causa republicana, tornando-se simpático à monarquia. “*Com alegria te conto a minha conversão à monarquia e ao catolicismo. Abençoô esta República tragi-cómica que me vacinou a tempo pela lição da experiência, que livrou a minha existência dum desvio fatal.*”³³

Portanto, menos de um ano depois da proclamação da República, o entusiasmo inicial visto no principal mentor do integralismo luistano, converteu-se em frustração. Em carta à esposa, refletindo sobre os rumos tomados pela República, Sardinha lamentava: “*Como eu me pejo do que está sucedendo! Eu que acreditei nestes homens, eu que me convenci que se faria ainda uma coisa! Não era um defeito de regime, é um defeito de reca! Falimos! Nada nos salva! Daqui à tutela estrangeira é um passo.*”³⁴

Desiludido com a República, e agora monarquista, Sardinha encontrou-se com Raposo e Alberto Monsaraz - este último, em Portugal desde 1913, colocando fim ao seu exílio voluntário em Paris (é valido lembrar que a anistia aos revoltosos de 1911 e 1912 foi aprovada somente em 1914). Sardinha, agora convertido, reuniu-se a Raposo e Monaraz, ambos monarquistas desde o período acadêmico, em Figueira da Foz (Portugal), em setembro de 1913 – mesmo ano do lançamento de *Alma Portuguesa*, na Bélgica – para colocarem em prática o projeto de uma revista de filosofia política “[...] que traduzisse o nosso protesto contra a República Portuguesa, na sua forma e nos seus actos, e desse vida e expansão á esperança em que ardiamos e pela qual nos supunhamos capazes de voltar a face do mundo.”³⁵ A revista *Nação Portuguesa*, fruto desta reunião, surge em janeiro de 1914.

Neste mesmo período, Pequito Rebelo, colega de Sardinha nos anos de estudo em Coimbra, ao visitar Paris foi apresentado ao “*grande movimento contra-revolucionário da Action Française*”³⁶. Influenciado por este contato, retornou a Portugal e escreveu para António Sardinha no intuito de convencê-lo a abandonar a ideia republicana – desconhecendo sua conversão ao monarquismo orgânico, ocorrida em 1912.

Após o retorno, Rebelo passa a colaborar com a *Nação Portuguesa*. Dois anos depois, fundava a Junta Central integralista. O órgão centralizou o arcabouço doutrinário, colocando em contato os elementos envolvidos no projeto da criação da Monarquia Orgânica.

³³ Ferrão, Carlos (1964). *O Integralismo e a República: autópsia de um mito*, Lisboa: Inquérito, p. 57.

³⁴ Vrbata, A. T. L. (2006). Op. Cit., p. 31.

³⁵ Raposo, H.(1929). Op. Cit., p. 37-38.

³⁶ Ibidem, p. 38.

Referências

- Anônimo (jun. 1910). “O Presidente da República Brasileira”. In *Archivo Republicano*, n. 6. Publicação mensal. Director e Proprietário Victor de Sousa, Lisboa: V.S.
- _____ (jul. 1910). “O Comício de Domingo: o que se disse e o que se deve pensar”. In *Archivo Republicano*, publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza, Lisboa: V.S. Disponível em: <http://purl.pt/16587>. Acesso em: 09 jan. 2012.
- _____ (out. 1910). “Candido do Reis vae até a Província”. In *Archivo Republicano*, publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza, Lisboa: V.S. Disponível em: <http://purl.pt/16587>. Acesso em: 09 jan. 2012.
- _____ (mar. 1911). “Outro Depoimento: Fala do chefe do grupo de atiradores civis”. In *Archivo Republicano*, publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza, Lisboa: V.S.
- _____ (mar. 1911). “Relatório de Gonzaga Pinto – sargento revolucionário da artilharia I”. In *Archivo Republicano*, publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza. Março de 1911, Lisboa: V.S. Disponível em: <http://purl.pt/16587>. Acesso em: 09 jan. 2012.
- _____ (set. 1911). “4 de Outubro”. In *Archivo Republicano*, publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza, Lisboa: V.S. Disponível em: <http://purl.pt/16587>. Acesso em: 09 jan. 2012.
- Ascensão, Leão Ramos (1943). *O Integralismo Lusitano*, Lisboa: Edições Gama.
- Botto-Machado, Fernão (jun. 1910). “A. Braamcamp Freire”. In *Archivo Republicano*, n. 6. Publicação mensal. Director e Proprietário Victor de Sousa, Lisboa: V.S. Disponível em: <http://purl.pt/16587>. Acesso em: 09 jan. 2012.
- Bourdieu, Pierre (2006). “A Ilusão Biográfica”. In Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (Orgs.) (2006). *Usos e Abusos da História Oral*. 8. ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 181-189.
- “As Constituições” (ago. 1911). In *Archivo Republicano*, n. 20. Publicação mensal. Director e Proprietário Victor de Sousa, Lisboa: V. S.
- Cruz, Manuel Braga da (1982). “O Integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo”. In *Análise Social*, v. XVIII, 1º, n. 70, p. 137-182.
- Ferrão, Carlos (1964). *O Integralismo e a República: autópsia de um mito*, Lisboa: Inquérito.

Leal, Ernesto Castro (1998). “A Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo”. In *Análise Social*, v. XXXIII, 4º, n.148, p. 823-851.

Moisés, Massoud (1972). *A Literatura Portuguesa*. 10. ed., São Paulo: Cultrix.

Maurras, Charles (1925). *Enquête sur la Monarchie*. 10. ed., Paris: Nouvelle Librairie Nationalle.

Pinto, António Costa. (1982). “A Formação do Integralismo Lusitano”. In *Análise Social*, v. XVIII, 3º-4º-5º, n. 72-73-74, p. 1409-1419.

_____. (1994). *Os Camisas Azuis: Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal – 1914-1945*, Lisboa: Editorial Estampa.

_____. (2010) “Caos e Ordem”: Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário”. In Silva, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & Parada, Maurício B. Alvarez (Orgs.) (2010). *Histórias da Política Autoritária: Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos*, Recife: Ed. UFRPE, p. 39-54.

Raposo, Hipólito (1929). *Dois Nacionalismos: L'Action Française e o Integralismo Lusitano*, Lisboa: Livraria Ferin.

Sardinha, António (1978). *Ao Ritmo da Ampulheta*. 2. ed., Lisboa: qp.

Serra, José B. (1987). “Élites Locais e Competição Eleitoral em 1911”. In *Análise Social*, v. XXIII, n. 95, p. 59-85.

Tavares, Santos (fev. 1910). “Guerra Junqueiro”. In *Archivo Republicano*, publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza, Lisboa: V.S. Disponível em: <http://purl.pt/16587>. Acesso em: 09 jan. 2012

Valente, Vasco Pulido (2001). “Henrique Paiva Couceiro – um colonialista e um conservador”. In *Análise Social*, v. XXXVI, p. 767-802.

Valle, José Miranda do (jul. 1910). “Braacamp Freire”. In *Archivo Republicano*, publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza, Lisboa: V.S., p. 46-47. Disponível em: <http://purl.pt/16587>. Acesso em: 09 jan. 2012.

Vrbata, Ales Tenório Luna (2006). “*La Philosophie Maurrasianne et les Modalités du Fascisme au Portugal*”. In *Kias Paper*, Cabinet of Ibero-American Studies: Faculty of Humanities: University Hradec Králové, p. 21-57. Disponível em: <http://rhs.uhk.cz/ibero/clanky/papers06.php>. Acesso em: 10 fev. 2011.

Recebido para publicação em abril de 2013.

Aprovado para publicação em julho de 2013.